

JOVENS EM MEIO RURAL

DLBC

Pacto para o desenvolvimento local 2030

JER

Jovem Empresário Rural

AÇORES | Terra Jovem serve de referência na luta contra a pobreza

ARROUQUELAS

Uma aldeia aberta ao mundo no concelho de Rio Maior

ÍNDICE

Neste número especial N8-2019

6 Pacto de Desenvolvimento Local 2020

15 Jovem Empresário Rural

20 Arrouquelas - Associação H2O

26 Terra Jovem - Açores

32 EcoVida

34 CineClima

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

CNJ - Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural
SEDE:

Tapada da Ajuda 1349-018 Lisboa,
NIPC 504936832
Inscrição na ERC 126188

DIRECTOR

Luís Saldanha Miranda

DIRECTOR – ADJUNTO

Carlos Alberto Franco

COORDENADOR EDITORIAL

Carlos Valentim Ribeiro
Edição e secretariado
Caixa de Mitos, Lda

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Praça da Alegria n.º 6, 2.º Dto.,

1250-004 Lisboa

Telefone: 213 153 137 - 963 402 242

914630395 - 933 531 050

Linha Verde: 800 100 107

Fax: 211 550 860

geral@cnjap.pt

www.cnjap.pt

COLABORAÇÃO NESTA EDIÇÃO

Colaboradores regulares

Marta Veloso, Olívia Cerqueira, Rita Marinho, Rosa Moreira, Artur Gregário, José Resende, Rosa Rebelo.

Colaboradores nesta edição

Márcia Luz, Pedro Gomes, Carla Portela, Alexandre Jacinto.

FOTOGRAFIA

Miguel Marques

Colaboração António Fael

REPORTAGEM

Carlos Ribeiro, Olívia Cerqueira

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

Sofia Pepe

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Soluções TI e Artes Gráficas

Tiragem – 5000 exemplares

Todos os artigos assinados são da responsabilidade dos autores, não coincidindo necessariamente com as opiniões da Direcção da CNJ. É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Os artigos da Revista AGRI são escritos de acordo com as opções dos seus autores no que ao Acordo Ortográfico diz respeito.

A PUBLICAÇÃO DA REVISTA AGRI É co-financiada pelo RDR 2010 -PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL



CNJ - Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

A REVISTA EM REVISTA



JOVENS EM MEIO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL COMUNITÁRIO

CARLOS RIBEIRO | Coordenador Editorial da Revista AGRI Magazine

Nesta edição da AGRI Magazine fomos à procura de situações representativas do local no plano político e prático de tal forma que optámos pela publicação de documentos centrais que facilitam o acesso à informação sobre o DLBC e sobre o JER – Jovem Empresário Rural, tendo a par dessa abordagem mais formal realizado **Reportagens** que fornecem elementos mais dinâmicos sobre aldeias, associações e programas para jovens.

No DLBC, por ser tema fundamental do desenvolvimento rural e do desenvolvimento sustentável de uma forma mais global, redigimos um Editorial para incentivar o debate sobre o tema. Publicámos o Pacto para o Desenvolvimento Local 2030 que o movimento dos GAL subscreveu de forma empenhada e divulgamos várias posições, desde as declarações firmes da nova Ministra da Agricultura à opinião de um Gal muito peculiar nesta matéria, a associação de desenvolvimento local ADREPES.

O tema JER reforça esta abordagem do desenvolvimento local quer por via dos documentos de enquadramento quer ainda através de iniciativas de disseminação e de valorização desta nova abordagem integrada.

Arrouquelas, Açores, Covilhã, Mouraria são propostas de visita que fazemos para um contacto com a inovação e as causas, matéria sempre em foco na nossa Revista.

Anunciamos desde já a saída, muito em breve, quase em simultâneo com esta, de uma edição especial sobre o INFORURAL, atendendo ao encerramento do ciclo de actividades do Programa e das suas iniciativas de informação e comunicação.

TEMAS DE ATUALIDADE

COMO SERÁ O PRÓXIMO DLBC?

O PACTO PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL 2030

CONFERÊNCIAS E NEGOCIAÇÕES

O DLBC QUE AINDA FALTA CONSTRUIR E DINAMIZAR

VIVA O LEADER! ABAIXO O DLBC!

DLBC. QUANDO A BASE COMUNITÁRIA OU A LIDERANÇA PELAS COMUNIDADES LOCAIS É A PREOCUPAÇÃO MENOR DE FINANCIADORES E OPERADORES DO SISTEMA

AGRI | CARLOS RIBEIRO | Coordenador editorial



A avaliação do período ocorrido desde o lançamento do DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária, no início da fase de programação 2013 – 2020, está a decorrer com a realização de encontros, reuniões, workshops, conferências, relatórios, pareceres de peritos e discursos dos responsáveis dos diversos níveis do sistema de governação. Afinal, o que é que se pretende para o futuro, tendo em conta as reacções já divulgadas sobre o modelo de gestão desta linha de financiamento que suscitou tanto interesse a nível local?

O tom é crítico. Há insatisfação e exigência de algumas mudanças. Mas há também a valorização dos resultados obtidos no seu conjunto e sobretudo do papel positivo dos GAL – Grupos de Acção Local nos territórios de intervenção.

Numa leitura um pouco mais afectiva que racional sente-se que de uma forma oculta se reivindica o pleno regresso do LEADER e o abandono

da experiência forçada do DLBC. No fundo, Viva o Leader! Abaixo o DLBC.

Mais Leader e mais investimento local

A crítica mais dura situa-se em torno do modelo de funcionamento, com destaque para a inconsistência da lógica multifundos que não tem qualquer viabilidade com as barreiras burocráticas existentes e com a total ausência de articulação entre os fundos propriamente ditos.

Outras áreas com avaliação negativa vão surgindo nos debates e nos documentos, mas num plano meramente prático a reivindicação mais óbvia é a seguinte: repor as bases de funcionamento do Leader que deu provas ao longo dos anos da sua eficácia e eficiência e reforçar as verbas para as iniciativas ligadas ao desenvolvimento local que não estejam especificamente ligadas à pequena produção agrícola, abrindo novas possibilidades de apoio ao investimento local.

O DLBC que o diabo amassou

É costume dizer-se que depois do banho é necessário acautelar o momento da limpeza da banheira para não deitar a criança fora conjuntamente com água suja. Pois a questão que se coloca ao DLBC é do mesmo foro. A criança já está indo a ritmo acelerado e irreversível. Senão, vejamos e relembremos as intenções do DLBC na sua formulação inicial e fundadora. O novo programa, aprofundando e dando um salto em frente em relação à abordagem Leader, visava:

- Reforçar radicalmente o modelo de

participação das populações locais na definição dos projectos a serem aprovados e implementados nos territórios e estabelecer mecanismos de blindagem nas estruturas de gestão e dinamização do Programa para impedir a sua excessiva institucionalização e acentuar a influência decisiva da sociedade civil e das organizações não-mainstream nas estratégias de desenvolvimento local. Daí, a base comunitária, ou melhor na formulação inglesa, liderada pelas comunidades locais;

- Ajustar a proporção dos fundos utilizada pelos serviços técnicos e pelos beneficiários directos, reduzindo os 25 % em média de custos da Assistência Técnica local (GAL) para aproximadamente 5%;

- Articular as estratégias de desenvolvimento local procurando que os diversos fundos contribuíssem de forma articulada para as diversas metas: desenvolvimento sustentável do território, reforço das organizações locais, emprego, educação e formação, inclusão social, etc.

DLBC leva-o vento!

Já todos percebemos que as metas do DLBC-fundador foram todas, sem excepção, reduzidas a cinzas. Estão belo e bem enterradas ou dispersas no oceano.

Interrogar-se se um dia será possível recuperá-lo é o mesmo que questionar-se sobre a hipótese dos cidadãos assumirem um papel central no desenvolvimento do projecto europeu no que à democracia participativa diz respeito. As instituições, os eurocratas e as regras de jogo estão aí para inviabilizar o que tanto se apregoa e tão pouco se incentiva ou facilita!

PACTO DESENVOLVIMENTO LOCAL 2030

O Pacto Desenvolvimento Local 2030 tem objectivos muito claros. Os seus autores e subscritores pretendem que o próximo pacote de fundos europeus altere o instrumento de financiamento DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária para melhor e querem que os GAL- Grupos de Acção Local sejam muito mais ouvidos e tidos em conta na definição das orientações relacionadas com o desenvolvimento local | AGRI Magazine

PACTO - fonte: Federação Minha Terra

No dia 12 de julho, perto de 200 pessoas de todo o país rumaram à vila de Campo Maior, no Alto Alentejo de Campo Maior para participar na apresentação pública do “Pacto de Desenvolvimento Local 2030”. Fruto de uma ampla discussão sobre o futuro do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) no período de programação 2021-2027, iniciada pelos Grupos de Acção Local (GAL), através da Federação Minha Terra, este documento já foi subscrito até à data por mais de 1500 organizações.

Considerando que:

Desde 1991, com o lançamento da iniciativa comunitária LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), a regulamentação europeia relativa ao desenvolvimento rural prevê a delegação de uma pequena parte do poder de decisão dos Estados- Membros nas comunidades locais, assente em sete princípios-base, a saber:

1. ABORDAGEM ASCENDENTE (BOTTOM-UP) – Os atores locais (população, grupos de interesse económico e social, e instituições públicas e privadas representativas do território) assumem a liderança e participam na tomada de decisões no que respeita à estratégia e à seleção das prioridades a prosseguir no seu território. A abordagem ascendente não deve ser considerada alternativa ou oposta às abordagens descendentes das autoridades regionais e/ou nacionais, mas sobretudo suscetível de se combinar e interagir com elas, com vista a alcançar melhores resultados globais.

2. ABORDAGEM INTEGRADA – Estratégia de Desenvolvimento Local de base multissetorial integrando todos os setores e atividades. A integração pode dizer respeito a ações

realizadas num único sector, todas as ações ou grupos específicos de ações do programa ou, mais importante ainda, ligações entre os diferentes agentes e sectores económicos, sociais, culturais e ambientais envolvidos.

3. PARCERIA - concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos e privados responsáveis por desenhar e implementar uma estratégia de desenvolvimento local, tomar decisões sobre a atribuição dos seus recursos financeiros e gerir esses mesmos recursos. Os GAL representam um modelo de organização suscetível de influenciar positivamente a elaboração de políticas.

4. TERRITÓRIO – Território homogéneo e socialmente coerente, caracterizado por tradições comuns, identidade local, sentimento de pertença e com necessidades e expectativas comuns. Área-alvo para a aplicação da política em causa, com massa crítica suficiente em termos de recursos humanos, financeiros e económicos para identificar os principais desafios que afetam o desenvolvimento sustentável e para poder definir uma estratégia de desenvolvimento local viável.

5. TRABALHO EM REDE – Intercâmbio de resultados, experiências e saber-fazer entre GAL, administração regional, nacional ou europeia e todos os stakeholders relevantes. É um meio de transferir boas práticas, de divulgar a inovação e de retirar ensinamentos do desenvolvimento local.

6. INOVAÇÃO – Estímulo a abordagens novas e inovadoras para o desenvolvimento local. Essa inovação é incentivada ao serem atribuídas aos GAL amplas margens de liberdade e flexibilidade para a tomada de decisões acerca das ações que

queiram apoiar. A inovação deve ser entendida em sentido lato, podendo significar a introdução de um novo produto, um novo processo, uma nova organização ou um novo mercado.

7. COOPERAÇÃO – Estímulo para a parceria entre diferentes territórios e parcerias, valorizando complementaridades e dando resposta a desafios e problemáticas comuns e valorização das complementaridades entre diferentes territórios ao nível regional, nacional, europeu ou mesmo em países terceiros. A cooperação pode ajudar os GAL a incentivar as suas atividades locais, permitindo-lhes resolver certos problemas ou acrescentar valor aos recursos locais. Os projetos de cooperação não são simples intercâmbios de experiências e devem envolver um projeto conjunto concreto, que é melhor gerido com uma estrutura comum.

- A experiência dos últimos vinte e oito anos de implementação da abordagem LEADER demonstrou que os GAL têm know-how e capacidades para atuarem autonomamente implementando soluções que dão resposta aos desafios dos respetivos territórios e comunidades. Foi possível apoiar muitos pequenos projetos, fortalecer as dinâmicas locais e promover a competitividade dos territórios, em setores tão diversos como o turismo, a valorização de produtos locais, a promoção do ambiente, a criação e desenvolvimento de pequenas empresas, os serviços de proximidade, a atração de novos visitantes para os territórios, a promoção de tradições e do património e a dinamização das economias locais.
- Graças ao sucesso e aos resultados da implementação da abordagem LEADER, no quadro 2007-2013, a Comissão Europeia alargou a abordagem ao FEAMP introduzindo o Eixo 4 PROMAR e no quadro de programação 2014-2020 criou o instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) na regulamentação comunitária dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEADER, FEAMP, FEDER e FSE).
- A transição da Abordagem LEADER para o Instrumento de Base Territorial Desenvolvimento Local de

Base Comunitária (DLBC) desencadeou alterações que colocam em causa a eficiência e a eficácia do instrumento, impedindo que se dê resposta adequada às necessidades identificadas pelas comunidades nas respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local e pondo em causa a imagem e o trabalho de proximidade levado a cabo nos últimos anos pelas associações de desenvolvimento local.

- O DLBC, na sua versão alargada aos diferentes fundos, revelou-se um instrumento com um modelo de governação complexo, com regulamentação inflexível e pouco atrativa para os atores locais, tendo-se verificado diferentes interpretações do instrumento, gerido por diferentes autoridades de gestão e de pagamento, com implicações negativas na implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local e, conseqüentemente, no empoderamento das comunidades e no desenvolvimento e coesão dos territórios.
- A opção multifundos, que consideramos positiva, pela forma como foi adotada por Portugal não veio acrescentar valor ao instrumento DLBC (e à sua implementação de acordo com os princípios da abordagem Leader) e, pelo contrário, constituiu um obstáculo à implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local aprovadas, introduzindo mais intervenientes no processo, mais burocracia e impossibilitando a complementaridade dos fundos disponíveis.
- O montante financeiro alocado ao instrumento DLBC em Portugal, representa apenas 1,7% do valor do total dos FEEL, mas constitui uma oportunidade única para o desenvolvimento dos territórios numa lógica de democracia participativa e de proximidade.

A 29 de maio de 2018 foi publicada a proposta da Comissão Europeia para o pacote legislativo da Política Regional e de Coesão, incluindo a proposta para um novo Regulamento de Disposições Comuns (que integra diversos fundos – FEDER, FSE e FEAMP, entre outros, mas não integra o FEADER) e a 1 de junho de 2018 foram divulgadas as propostas para a PAC pós-2020. Estas propostas sublinham a importância



do reforço e da simplificação do DLBC/LEADER para melhor mobilizar o potencial a nível local; Os signatários enquanto principais protagonistas na operacionalização do instrumento de base territorial DLBC/LEADER, reunidos no dia 12 de julho de 2019 em Campo Maior, subscrevem o presente Pacto Desenvolvimento Local 2030 e reivindicam:

Ao nível político:

1. O reforço do instrumento territorial DLBC pelo Estado Membro Portugal incluindo-o nas negociações do Acordo de Parceria, garantindo que o mesmo se baseia em estratégias territoriais e de desenvolvimento local e na clara assunção dos sete princípios da Abordagem LEADER;
2. A definição de apenas requisitos mínimos para o conteúdo das estratégias territoriais de forma a permitir considerar as necessidades e as potencialidades locais, as características socioculturais relevantes, criando respostas para as mudanças estruturais, para reforçar as capacidades das comunidades e incentivar a inovação;
3. A implementação das estratégias de desenvolvimento local através da mobilização integrada e coordenada dos Fundos a favor das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, e facilitando a sua execução, através da utilização de um «fundo principal»;
4. A atribuição de uma dotação significativa ao instrumento para a cabal concretização dos objetivos preconizados para o DLBC, que evidencie o reconhecimento em Portugal deste tipo de intervenção;
5. O reconhecimento dos Grupos de Acção Local enquanto parcerias ativas qualificadas e protagonistas representativos dos interesses das comunidades com um papel fundamental para o futuro dos respetivos territórios, com responsabilidades próprias e exclusivas no desenvolvimento local e na conceção e implementação das respetivas estratégias;
6. A assunção do instrumento DLBC e dos GAL como um contributo para uma democracia participativa e como um estímulo para a participação ativa das comunidades nos destinos dos seus territórios. É a proximidade que une e envolve as pessoas, promove a aprendizagem, constrói relações de confiança e com maior potencial de sucesso;

e ao nível operacional:

1. A delegação, pelo Estado Membro, dos processos de decisão, relativamente à execução das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), às comunidades locais, através dos GAL, de forma a dar resposta às suas reais necessidades e acrescentando valor ao processo;
2. Que o reconhecimento dos GAL se efetue num curto intervalo de tempo, sem sobreposição territorial e se consubstancie num único contrato de delegação de competências com a Administração, que inclua a dotação para a operacionalização da EDL, bem como para atividades de funcionamento, animação e cooperação, evitando a atomização de contratos financeiros interligados;
3. Que o instrumento DLBC seja suficientemente flexível, adaptável aos fenómenos emergentes, permitindo

acomodar estratégias de desenvolvimento local diversas, construídas em função das necessidades e as especificidades das diferentes comunidades e dos respetivos territórios;

4. A obrigatoriedade da intervenção em rede de forma a assegurar a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, interação e disponibilidade num sistema em que todos os atores são fundamentais para a resolução de um determinado problema previamente identificado;
5. A assunção de que o DLBC acomoda a implementação de processos inovadores, autónomos e de proximidade promovidos pelas comunidades locais e lhes dá oportunidade de implementar soluções próprias, adequadas às especificidades dos territórios e às necessidades das populações;
6. Que o instrumento DLBC continue a incluir cooperação interterritorial e transnacional entre territórios com problemáticas semelhantes e/ou potencial de complementaridade, de forma a construir soluções partilhadas, maximizar recursos e criar a necessária massa crítica, assegurando a participação e o envolvimento dos diferentes atores locais (autarquias locais, das comunidades intermunicipais, das empresas e da sociedade civil);
7. Que na definição do modelo de governação do instrumento DLBC sejam implementadas mudanças estruturais, designadamente, a definição clara das responsabilidades de cada organismo interveniente, evitando redundâncias, reduzindo a burocracia, respeitando os princípios LEADER, e garantindo a gestão por um único órgão de coordenação;
8. Que a regulamentação do instrumento DLBC seja simples, inequívoca e com flexibilidade suficiente para fazer corresponder as tipologias de intervenção às necessidades e especificidades territoriais e que as Estratégias de Desenvolvimento Local sejam acompanhadas de um único manual de procedimentos e de um único sistema de informação contemplando todos os circuitos administrativos dos processos, de forma totalmente desmaterializada;
9. Que sejam exploradas, definidas e adotadas em grande extensão Opções de Custos Simplificados (como lumpsum, custos unitários, taxas fixas ou outros), em particular em pequenos projetos de investimento, e no funcionamento dos GAL (incluindo animação e cooperação).





CONFERÊNCIA LEADER /DLBC 2019 | AMARANTE

Ministra da Agricultura destaca papel do LEADER/DLBC na promoção de um desenvolvimento coeso do território

No dia 26 de novembro, a Federação Minha Terra organizou a conferência europeia “LEADER/ CLLD 2019 Conference” no Centro Cultural de Amarante. Com o objetivo de fazer o ponto de situação da implementação do LEADER/ DLBC nos países da União Europeia, e contando com a colaboração de vários especialistas e representantes oficiais da Comissão Europeia, do Comité das Regiões Europeu e do Comité Económico e Social Europeu. Participaram 120 representantes do movimento LEADER/ DLBC português e europeu.

Editado AGRI | Comunicação GMA e Foto ©comunicação MA

A Ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, esteve na sessão de abertura da “Leader/CLLD 2019 Conference”, em Amarante. Durante a sua intervenção, a ministra com a pasta da agricultura falou da necessidade de apostar “num desenvolvimento coeso do território” e que fazem parte das prioridades deste governo para os próximos quatro anos.

AGRICULTURA ALAVANCA OUTRAS ATIVIDADES

“A agricultura assume um papel fundamental num percurso que não se esgota. Falamos de um setor com grande peso nas zonas rurais e uma forte ligação ao ecossistema e ao contexto social. Um setor que consegue ainda alavancar outras atividades económicas ligadas, nomeadamente, ao turismo, à gastronomia, ao artesanato e à nossa cultura”, avançou Maria do Céu Albuquerque, salientando a relevância de um momento em que se faz “um ponto de situação da implementação do LEADER/DLBC, uma iniciativa comunitária que muito tem contribuído para um maior dinamismo e que tem funcionado como um impulso fundamental para um desenvolvimento coeso do nosso território”.

DIVERSIDADE DE APOIOS

“No âmbito das Estratégias de Desenvolvimento Local são apoiadas operações como a Modernização de pequenas explorações agrícolas e de transformação e

comercialização de produtos agrícolas, a diversificação das atividades nas explorações agrícolas por forma a potenciar novas fontes de receita aos agricultores e seus agregados familiares, a Comercialização de proximidade que procura incentivar o contacto direto entre produtores e consumidores finais, assim como a promoção dos produtos agrícolas de qualidade, e a Preservação e dinamização do património existente, natural, cultural ou paisagístico”, adiantou o membro do governo durante a sua intervenção.

MINISTRA CONVIDA À COOPERAÇÃO

A Ministra da Agricultura aproveitou para falar do importante papel de todos os envolvidos, designadamente da Autoridade de Gestão do PDR 2020, da Federação Minha Terra e dos diversos Grupos de Ação Local, tão ligados à “manutenção de um desenvolvimento equilibrado, inovador e sustentável, bem como à implementação de um programa que tanto sucesso tem alcançado e que convida à cooperação, ao intercâmbio e ao envolvimento dos atores locais”.

A implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) do DLBC Rural (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) “tem merecido a atenção da nossa área governativa e é com grande satisfação que temos acompanhado os bons resultados alcançados”, avançou a Ministra da Agricultura.

VERDADEIRAS AÇÕES DE INTERVENÇÃO LOCAL SÃO POUCO EFICIENTES

O Pacto de Desenvolvimento Local 2030 polarizado a nível europeu pela ELARD e dinamizado pela Federação Minha Terra em Portugal está a reivindicar um modelo de operacionalização do DLBC mais eficiente e a apelar à resolução de situações de impasse como é o caso da gestão multifundos. A ADREPES, com a sua experiência de intervenção LEADER e de atuação nos territórios em favor do desenvolvimento local, vai mais longe na avaliação do período anterior e nas exigências de mudança para a fase seguinte de programação dos fundos europeus.

Editado AGRI | Novembro 2019 | **JOAQUIM CARAPETO, presidente da ADREPES** Fotos ©ADREPES

A ADREPES é uma associação com intervenção local de impacto regional, não só a nível da Península de Setúbal como da região de Lisboa. Assume-se como um polo fundamental na estratégia LISBOA 2030, contribuindo para a ligação das cidades das duas margens, através duma metodologia de inspiração LEADER que, no atual quadro comunitário de apoio, e no contexto das Intervenções Territoriais Integradas (ITI), em particular no âmbito das Ações Integradas de Desenvolvimento Territorial (AIDT), se operacionaliza através de Instrumentos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

Única ADL com três tipologias

Na conjuntura nacional, a ADREPES é a única ADL – enquanto organismo intermédio de gestão – responsável pelo desenvolvimento das três tipologias de DLBC (Rural, Urbano e Costeiro), eixos dimensionais duma estratégia comum que procura cumprir os desígnios para a qual foi constituída, respeitando os princípios inerentes aos Instrumentos de desenvolvimento disponíveis no quadro do PORTUGAL2020.

Excessiva formatação e modelo multifundos inoperacional

Inscritos num sistema que apresenta várias fragilidades quer pela carga burocrática inerente aos programas operacionais (regionais e temáticos) - demasiados formatados numa lógica mainstreaming - quer pela incapacidade de se pôr em prática um verdadeiro modelo multifundos - onde operam diferentes Autoridades de Gestão e organismos de financiamento - que garanta o apoio das diversas intervenções territoriais, as verdadeiras ações de intervenção local são pouco eficientes nas dinâmicas e sinergias territoriais, com pouco impacto ao nível dum desenvolvimento harmonioso.

Desenvolvimento local em causa

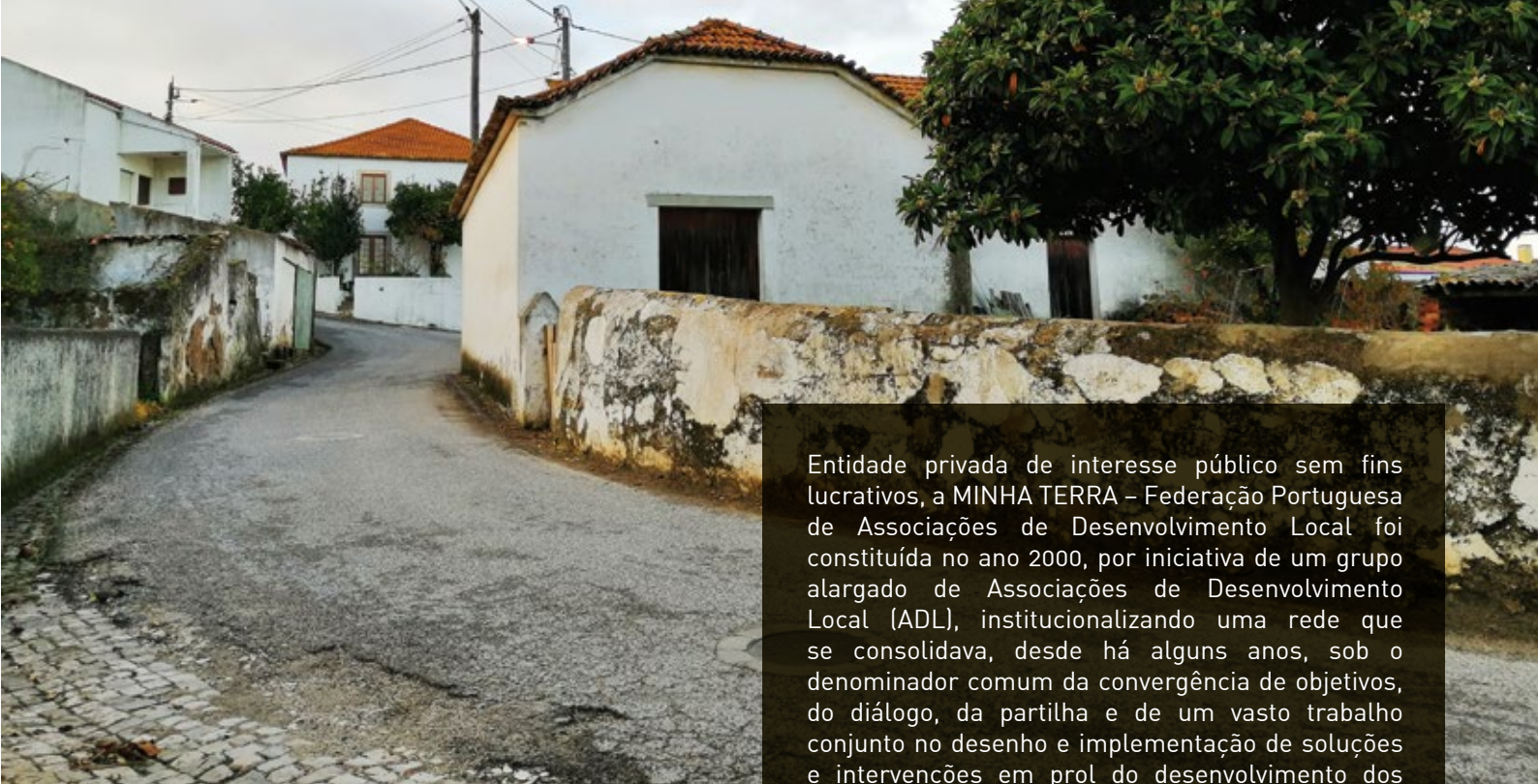
Numa análise, ainda que intermédia - apesar dos aspetos positivos das iniciativas, nomeadamente da criação de micro e pequenas empresas e a criação de postos de trabalho – sobressaem, e numa perspetiva comparativamente diacrónica - a falta de animação no território, a pouco ou inexistente (re) qualificação de agentes de desenvolvimento local, a fraca capacitação das organizações e a conseqüente falta de capacitação/qualificação dos territórios, o que põe em causa um verdadeiro trabalho de desenvolvimento local, que se quer de geometria variável, assente numa visão holística de intervenção e numa política de governação bottom-up.

Novas formas de atuação

Nas negociações para o futuro quadro de vigência dos FEEI (2021 -2027), o Pacto de Desenvolvimento 30, participado pelos GAL nacionais, reivindicam-se novas formas de atuação, tendo como referência os princípios inerentes à abordagem LEADER, e por isso mais próximas das comunidades e dos territórios, procurando legitimar a autonomia das ADL, atendendo aos princípios de subsidiariedade e solidariedade, à idoneidade das organizações, numa relação de proximidade com as pessoas e os locais.



FEDERAÇÃO MINHA TERRA



Entidade privada de interesse público sem fins lucrativos, a MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local foi constituída no ano 2000, por iniciativa de um grupo alargado de Associações de Desenvolvimento Local (ADL), institucionalizando uma rede que se consolidava, desde há alguns anos, sob o denominador comum da convergência de objetivos, do diálogo, da partilha e de um vasto trabalho conjunto no desenho e implementação de soluções e intervenções em prol do desenvolvimento dos espaços rurais nacionais.

A MINHA TERRA desenvolve competências a nível da organização e implementação de programas e iniciativas de alcance local, regional, nacional e transnacional e presta assessoria técnica ao desenvolvimento de projetos em diversas áreas do desenvolvimento rural.

Fonte: Minha Terra



GAL URBANO | CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - GAIA

DESENVOLVIMENTO
LOCAL DE BASE
COMUNITÁRIA

URBANO | GAIA

Realizou-se no IspGaya o seminário “Abandono escolar e (in)sucesso educativo” promovido pelo Grupo de Ação Local Urbano Gaia no contexto da estratégia de intervenção que está a ser gerida pela Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Vila Nova de Gaia em zonas do concelho onde foram identificados desafios relacionados com pobreza e exclusão social.

O seminário serviu para partilhar projetos de combate ao abandono escolar e de incentivo ao sucesso educativo, bem como para apresentar medidas de financiamento europeu em matéria de educação, em particular no contexto dos apoios concedidos pelo NORTE 2020.

Fonte: Gal CVP-Gaia



JOVENS EM MEIO RURAL

JOVEM EMPRESÁRIO RURAL

ARROQUELAS ALDEIA DINAMIZADA PELOS JOVENS

*TERRA JOVEM* MOBILIZA JOVENS DOS MEIOS RURAIS NOS AÇORES



O MUNDO RURAL NÃO É SÓ AGRICULTURA E PECUÁRIA

JORNADAS DE TRANCOSO SOBRE JOVEM EMPRESÁRIO RURAL

Seminário JER mobilizou instituições de diversos quadrantes e valorizou o novo estatuto para os jovens empresários com iniciativas em meio rural

AGRI | CR e Editada informação CM TRANCOSO | Fotos ©CM TRANCOSO



No dia 8 de novembro de 2019 teve lugar, no Convento de São Francisco - Teatro Municipal de Trancoso, o seminário JER – Jovem Empresário Rural, que serviu para divulgar de forma abrangente o novo estatuto que vai ter implicações nos futuros apoios aos jovens agricultores em praticamente todo o território nacional.

A iniciativa partiu da AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal que, em estreita cooperação com o Município de Trancoso, conseguiu reunir um painel de ilustres convidados, representantes de vários setores da sociedade, nomeadamente académicos, empresários, dirigentes associativos, autarcas e jornalistas.

Nas quatro horas durante as quais se debateu o sector primário foi possível analisar e discutir os dados e números que constam nas diversas fontes estatísticas e programáticas. Houve troca de ideias e de opiniões, perante uma plateia atenta, composta por pessoas de várias faixas etárias, que respondeu ao desafio da organização lotando o auditório.

Representantes de várias instituições, das quais se destacam pela natureza do evento, os representantes da AJAP e da CNJ – Confederação Nacional do Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural tomaram a palavra e analisaram com detalhe as implicações e contextos de aplicação da nova legislação.

Por sua vez o Presidente da Câmara de Trancoso, Amílcar Salvador valorizou o potencial desta iniciativa e a importância que terá no futuro do concelho que se mantém profundamente rural nas diversas freguesias locais.

“Mas, o mundo rural não é só a agricultura e a pecuária, que são de facto as atividades que costumamos associar ao mundo rural. Não. O mundo rural é muito mais que isso. O mundo rural é hoje, também, o turismo, a investigação, a cultura, o ambiente, o desporto e uma série infindável de atividades. Ser empresário rural nos nossos dias é ter um mundo de desafios e oportunidades pela frente. Ser empresário rural é sonhar e concretizar projetos, é querer viver e trabalhar num ambiente de maior tranquilidade, de maior segurança, de menor stress, e em estreita relação com a natureza. O concelho de Trancoso foi, desde sempre, um concelho rural e, por essa razão, há uns anos a esta parte que a Câmara Municipal de Trancoso tem vindo a atribuir uma enorme importância ao mundo rural” afirmou Amílcar Salvador destacando a complexidade do actual mundo rural e, em consequência, a exigência de uma nova visão para a acção empreendedora nos territórios.



O GOVERNO, OS JOVENS E OS TERRITÓRIOS RURAIS



O Decreto-Lei nº 9/2019 de 18 de janeiro estabeleceu o quadro político e técnico para a operacionalização do estatuto de Jovem Empresário Rural. Importa destacar as palavras-chave presentes no argumentário do documento legal e fazer emergir as referências que poderão ser decisivas nas mudanças reais que terão que ocorrer.

Coesão territorial, empreendedorismo, rejuvenescimento do tecido empresarial, parcerias locais.

ENUNCIADO DO DECRETO-LEI

“A promoção do desenvolvimento rural e da coesão territorial, por via da valorização do espaço rural, envolve nomeadamente o incentivo ao empreendedorismo e o necessário rejuvenescimento do tecido empresarial das zonas rurais do Interior, bem como a adoção e reforço das estratégias e parcerias locais, que constituem parte relevante de um dos principais eixos estratégicos do Programa do XXI Governo Constitucional”.

A grande interrogação radica nas formas concretas que poderá assumir esta valorização do espaço rural. Desde logo uma valorização que deverá ser significativa, intensa e abrangente e não meramente pontual, localizada e voluntarista como o terá sido no passado e até ao presente momento.

Ou seja, a escala da intervenção é determinante. A ruptura com o paradigma da remediação é essencial.

Fixação da população, envelhecimento, despovoamento, instalação dos jovens, potencial, recursos endógenos, infraestruturas, saberes, atratividade dos

territórios

“Sendo inegável que o mundo rural pode e deve ser também um espaço de agentes empreendedores, verifica-se que, apesar dos esforços desenvolvidos para incentivar a fixação da população e contrariar o envelhecimento e despovoamento nos meios rurais, e dos investimentos realizados nesse sentido, a instalação de jovens nas regiões do Interior está aquém do desejado, apesar de se considerar a existência nas zonas rurais de um grande potencial, designadamente ao nível dos seus recursos endógenos que importa valorizar economicamente, ou ao nível de infraestruturas e saberes únicos que têm de ser desenvolvidos e/ou utilizados de forma mais eficiente e sustentável tendo em vista a atratividade destes territórios”.

Claro que a questão da instalação de jovens, casais com filhos ou em vias de os ter, gente nova que quer relançar o seu projecto de vida, só poderá ter expressão se algumas condições básicas da vida em contexto rural forem preenchidas. Uma delas são os serviços elementares relacionados com o dia-a-dia: creches, escolas, correios, centros de saúde-médicos, etc. Neste plano, o sinal claro que importa dar, credibilizando a aposta no objectivo mencionado, é o da rápida reposição dos serviços públicos dissociada dos custos, recuperando o seu sentido universal e não-competitivo. Outro apontamento radica no pleno aproveitamento dos recursos locais, que dificilmente poderá ser assegurado por projecto



meramente individuais.

Ou seja, instalação com condições mínimas e potencial dos recursos endógenos trabalhados coletivamente.

Actividades agrícolas e florestais, preservação dos recursos naturais, diversificação, capacitação dos agentes locais, animação territorial.

“Neste contexto, deve-se dar destaque à importância para os territórios rurais da manutenção das atividades agrícolas e florestais que, em muitos casos, acaba por não ser viável por inexistência de alternativas económicas e condições de bem-estar para os membros mais jovens dos agregados familiares agrícolas, com um progressivo despovoamento do mundo rural, o abandono das terras e as suas consequências ao nível da não preservação dos recursos naturais solo e água, da paisagem e do património cultural e natural.

Como tal, importa promover a diversificação de atividades económicas e a melhoria da qualidade de vida, essencial para a fixação de jovens empreendedores, cujo apoio se deverá concretizar de forma específica através da priorização e majoração de instrumentos de política, nomeadamente no âmbito das abordagens integradas de desenvolvimento territorial que devem garantir, em simultâneo, a capacitação dos agentes locais e o estímulo da animação territorial enquanto prioridades que não podem deixar de figurar nas estratégias territoriais existentes e que devem ser reforçadas.”

A diversificação de actividades surge como uma questão-chave para a fixação de jovens empreendedores. Por um lado, essa diversificação pode estar relacionada com inovação e com rentabilidade, mas estes critérios não devem constituir um imperativo para que se cumpram o objetivo de estancar e reverter o processo de despovoamento. Por outro lado, se a expectativa for de atrair “apenas empreendedores” para as zonas rurais, o objectivo de apoio à instalação de jovens fica muito limitado e condicionado a fatores sempre muito controversos como é o caso do financiamento a novos projectos empresariais.

Tal como o Programa do XXI Governo Constitucional, o Programa Nacional para a Coesão Territorial, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro, prevê várias medidas de desenvolvimento do território, designadamente a medida n.º 2.35, relativa à criação do estatuto de «Jovem Empresário Rural», com a qual se pretende fomentar instrumentos de política e apoios a conceder a jovens que se queiram instalar em espaços rurais. Também o Plano Nacional para a Juventude, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018, de 4 de setembro, prevê, na sua medida n.º 180, a definição de um conjunto de incentivos orientados para atrair e fixar jovens nas regiões rurais, no âmbito do Estatuto do Jovem Empresário Rural. Neste contexto, importa agora criar o estatuto de «Jovem Empresário Rural», visando atribuir um carácter distintivo ao empreendedorismo no mundo rural, diversificar a

base económica regional, potenciar a criação de emprego e a fixação de jovens empreendedores nas zonas rurais, articulando estas ações entre as diferentes entidades da Administração Pública e da sociedade em geral, num encontro de vontades mobilizador dos agentes presentes nesses territórios.

ENUNCIADO DO DECRETO-LEI

Objetivos

A criação do estatuto JER visa prosseguir os seguintes objetivos:

- a) Promover a instalação e fixação de jovens empreendedores nas zonas rurais visando a sua dinamização económica e demográfica e a criação de emprego;
- b) Contribuir para a diversificação da base económica regional, promovendo a inovação, a criação de novas empresas e de investimentos nas zonas rurais;
- c) Valorizar e qualificar os recursos endógenos, apostando na imagem, na inserção em novos circuitos comerciais e na exploração de atividades inovadoras e ambientalmente sustentáveis.

Medidas de apoio

1 — A atribuição do título de reconhecimento de JER permite o acesso a medidas de discriminação positiva, medidas de carácter facilitador e outras iniciativas específicas, disponibilizadas pelos vários instrumentos de política de apoio, cujas entidades gestoras de programas ou iniciativas de apoio, nacionais ou da União Europeia, devem integrar e promover, de acordo com os respetivos regulamentos e dotações financeiras, divulgando as medidas destinadas aos detentores do título de reconhecimento de JER.

2 — Consideram-se medidas de discriminação positiva, designadamente:

- a) A abertura de concursos e/ou de apoios específicos;
- b) A priorização na seleção e na consequente hierarquização de candidaturas para os JER em

geral e, em particular, para os JER pertencentes a agregados familiares com atividade em exploração agrícola familiar cujo responsável detenha o Estatuto de Agricultura Familiar;

c) As majorações na atribuição dos apoios;

d) A prioridade a atribuir nas abordagens integradas de desenvolvimento territorial destinada ao apoio ao investimento dos JER, através da definição de dotações financeiras específicas;

e) A criação de linhas de crédito específicas para os JER;

f) A criação de um regime específico de benefícios fiscais para os JER.

3 — Consideram-se medidas de carácter facilitador, designadamente:

a) A possibilidade de ser apoiado numa perspetiva integrada por diferentes instrumentos de política;

b) O acesso prioritário a entidades e estruturas de ações coletivas existentes, como sejam:

i) As iniciativas existentes de redes de estímulo e apoio ao empreendedorismo e capacitação de iniciativas empresariais e concretização de novas empresas;

ii) As estruturas de suporte ao empreendedorismo, nomeadamente os centros de incubação e aceleração de empresas, e iniciativas de mentoria para apoio a ideias inovadoras;

c) O acesso prioritário a formação profissional específica e a consultoria técnica;

d) O apoio, monitorização e avaliação da presença do JER nas atividades da Rede Rural Nacional e da Rede das Dinâmicas Regionais.

Jovem Empresário Rural

Entende-se por «JER», numa ótica transversal e multissetorial de abordagem territorial, o jovem que exerça ou pretenda iniciar o exercício de uma atividade económica em zona rural, no âmbito da prossecução dos objetivos definidos no artigo 2.º, e que cumpra as condições estabelecidas no presente decreto-lei.

Título de reconhecimento

O reconhecimento do estatuto de JER é efetuado através da atribuição do respetivo título.

Requisitos para o reconhecimento

1 — Podem ser reconhecidas como JER as pessoas singulares, bem como as pessoas coletivas, que exerçam ou pretendam iniciar o exercício de atividade económica numa zona rural e que reúnam os requisitos previstos nos números seguintes.

2 — Os requerentes, no caso de pessoas singulares, devem ter idade compreendida entre 18 e 40 anos, inclusive. 3 — No caso das pessoas coletivas, os requerentes devem preencher os seguintes requisitos:

a) Enquadrarem-se como micro ou pequena empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual; e

b) A maioria do capital social ou dos direitos de voto pertencerem a uma ou mais pessoas singulares que cumpram o requisito referido no número anterior.

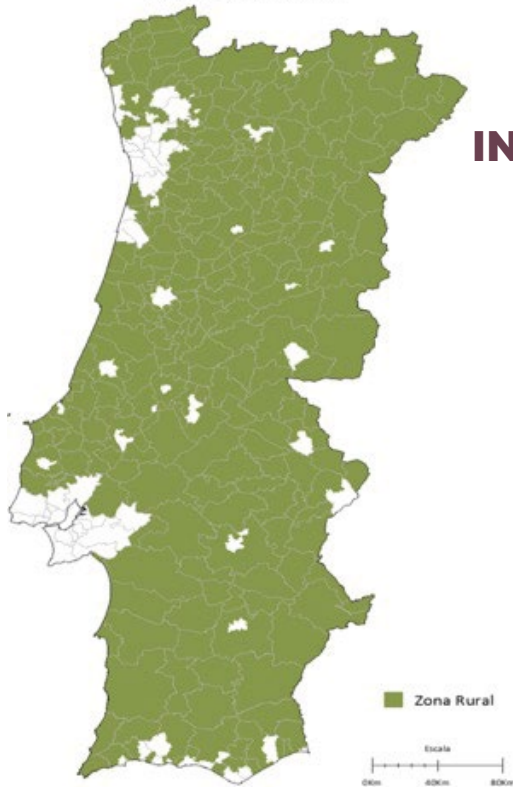
Zonas rurais

Para efeitos de atribuição do título de JER, consideram-se «zonas rurais» as constantes de portaria a aprovar pelo membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento rural.

Procedimento de reconhecimento

O procedimento relativo à atribuição do título de reconhecimento do estatuto bem como as condições da sua manutenção são regulamentados por portaria do membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento rural.





JOVENS EMPRESÁRIOS RURAIS INTEGRAM LOCALMENTE AGROALIMENTAR, SERVIÇOS E TURISMO

Atribuição do título de reconhecimento do estatuto de Jovem Empresário Rural

fixação de jovens empreendedores nas zonas rurais, contribuindo para a dinamização económica e criação de emprego.

QUE DIZ A PORTARIA

“O Decreto-Lei n.º 9/2019, de 18 de janeiro, consagrou o estatuto de «Jovem Empresário Rural» (JER), estabelecendo no seu artigo 7.º que para efeitos de atribuição do título de JER, se consideram «zonas rurais» as constantes de portaria a aprovar pelo membro do governo responsável pela área do desenvolvimento rural”. Desta forma, a atribuição do estatuto está directamente relacionada com determinadas zonas rurais que são explicitadas num mapa anexo ao texto legal aprovado pelo Governo da República.

O artigo 8.º do decreto-lei refere o procedimento relativo à atribuição do título de reconhecimento do estatuto, bem como as condições da sua manutenção.

Pedido de reconhecimento

O pedido de reconhecimento efetua-se através de submissão de formulário próprio, disponível no sítio da Internet da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), em www.dgadr.pt.

O preenchimento do formulário do pedido de reconhecimento do estatuto de JER é instruído com documentação anexa, nomeadamente uma cópia de documento de identificação, no caso de pessoas singulares e a chave de acesso à certidão permanente da conservatória do registo comercial e cópia de documento(s) de identificação do(s) sócio(s), no caso de pessoas coletivas.

Quem vier a apresentar a candidatura deve ainda indicar o código CAE (Classificação das Atividades Económicas Portuguesa por Ramos de Atividade) da atividade económica e a zona rural onde exerce ou pretende

vir a exercer.

Para as pessoas coletivas deverá ainda ser indicado se é uma micro ou uma pequena empresa, cabendo à DGADR consultar o registo eletrónico do IAPMEI, I. P., para comprovação da certificação de micro, pequena e média empresa (PME).

Zonas rurais

Para efeitos de atribuição do estatuto de JER, consideram-se zonas rurais as constantes da lista e do respetivo mapa anexo à portaria, sendo que são zonas rurais definidas no Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 (PDR 2020) aprovado pela Comissão Europeia.

Decisão

A DGADR decide a atribuição do título de reconhecimento do estatuto de JER, no prazo máximo de 60 dias úteis, após a receção do respetivo pedido de reconhecimento, por sua vez o título de reconhecimento é disponibilizado por via eletrónica, através da emissão do respetivo código de acesso.

Validade e renovação

O título de reconhecimento tem a validade máxima de 3 anos, constando no código de acesso o prazo de validade e a zona rural onde a pessoa singular ou coletiva exerce ou pretende vir a exercer a atividade económica. O título de reconhecimento pode ser renovado se se verificar que se mantêm as condições que justificaram o reconhecimento e atribuição do estatuto de JER, através da submissão de novo formulário e respetiva documentação. A decisão de revogação é precedida da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. A revogação determina a perda de acesso às medidas de apoio previstas no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 9/2019, de 18 de janeiro.

Portaria n.º 143/2019 de 14 de maio

Miguel Freitas, ex-Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, foi o membro do governo anterior que se empenhou na elaboração e na publicação de uma portaria que esclarece o âmbito e a potencial da utilização deste novo título de Jovem Empresário Rural (JER). A sua plena formalização constitui um passo em frente nas políticas públicas para o mundo rural ficando agora em aberto toda a frente integradora das vertentes formativas e de promoção empresarial que, como sabemos, se encontram dispersas em inúmeras capelas e subsistemas que irão resistir a uma adaptação absolutamente indispensável para a viabilização operacional do estatuto aqui enaltecido.

Poderão as escolas profissionais agrícolas manter os seus planos de educação- formação orientados para a ultra-especialização quando a integração está na ordem do dia, de forma tão evidente?

Será viável manter os sistemas de apoio financeiro e as condições de apoio empresarial, como se nada tivesse acontecido, com esta nova visão de fileira e de cooperação empresarial no meio rural?

Com o Estatuto do Jovem Empresário Rural (JER) pretende-se potenciar o empreendedorismo no mundo rural, a criação de novas empresas e a

**# JOVENS EM AÇÃO
NO MEIO RURAL**

**# ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DE ARROUQUELAS
TERRA JOVEM NOS AÇORES**



#ARROUQUELAS, UMA ALDEIA ABERTA AO MUNDO

Não prescindimos da nossa terra, ao fim-de-semana cá estamos!

Jovens e aldeia caminham juntos. Há sintonia. O que fazem uns é acolhido com interesse e entusiasmo, pelos outros. Não vem só dos jovens a iniciativa e o protagonismo da acção, outros mais idosos através das suas associações também as promovem - sim, porque aqui repartem-se as responsabilidades na dinamização da localidade. A fórmula não é a tradicional, aquela que coloca os filhos da terra na dependência dos mais antigos que, no final de contas, acabam por impor a sua vontade. Na aldeia há respeito mútuo e quando uns avançam os restantes agem com um forte sentido de solidariedade. Quando há festa, todos dançam, todos ajudam. Quando há jogos e oficinas, todos brincam, todos trabalham em conjunto.

COMO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO NA PEQUENA ESCALA?

Em Arroquelas constrói-se uma das várias plataformas que poderão estar na base de políticas de desenvolvimento que visam

a revitalização das aldeias e a construção de um devir para os territórios rurais de pequena escala.

A afirmação de um projecto local pode ter, entre outros, como elemento estruturante e decisivo para a implementação de uma estratégia de médio e longo prazo:

- os seus produtos tradicionais baseados em recursos endógenos claramente diferenciadores e potencialmente protegidos na concorrência pela imitação;

- os elementos patrimoniais, de natureza diversa, com destaque para o património natural e construído que incorpora numa forte carga identitária;

- as opções ecológicas e de desenvolvimento sustentável, que transformem a localidade num território com profunda protecção do ambiente natural, com eficiência energética, com consumo organizado dos produtos locais nomeadamente nos estabelecimentos escolares, com fomento da agroecologia e da ecoconstrução em matéria de habitação e gestão dos equipamentos públicos.





O GLOBAL PODE DESENVOLVER O MICRO-LOCAL

O elemento que Arroquelas introduz neste plano das potencialidades de um desenvolvimento mais sustentável está associado aos mecanismos de internacionalização e às dinâmicas interculturais continuadas, promovendo as três vertentes - economia, social e ambiental-, a partir de uma presença e participação de jovens de inúmeros países à escala internacional. Trata-se de um processo que combina ainda: associativismo local, cooperação institucional, animação permanente do núcleo local de pares, ou seja, o envolvimento dos jovens do território que são a base de toda a estratégia de desenvolvimento local.

MEDIDAS ANTECIPATÓRIAS

Nesta gestão dessa estratégia os factores de risco são muitos e diversos, mas eles estão a ser equacionados e enfrentados no grupo dirigente as Associação H2O com uma grande ponderação:

- 1º Alimentar o “vir aos fins de semana”, para manter o vínculo e manter a coesão no grupo alargado;
- 2º Colocar os jovens na liderança dos processos e das instituições que lhes dizem directamente respeito;
- 3º Tecer laços de sentido profundamente humanista nas interações dos voluntários com as comunidades locais, para facilitar a transferência de saberes e promover processos de interculturalidade genuína.



LEGÍTIMAS INTERPELAÇÕES

A minha aldeia também pode ser aberta ao mundo?
Como podemos mobilizar recursos europeus para dinamizar o território e promover o desenvolvimento local?
Como introduzir economia nos territórios cujos jovens têm dificuldade em se fixar através de iniciativas europeias?
Para além dos eventos e das actividades tradicionais dos intercâmbios entre jovens, que outras dinâmicas devemos promover para apoiar o desenvolvimento sustentável nas pequenas aldeias?



H2O SOMOS ÁGUA CRISTALINA que corre para um Rio bem Maior



Uma associação de jovens, sem fins lucrativos, com sede numa pequena Aldeia de seu nome **Arrouquelas**, no Concelho de Rio Maior, Distrito de Santarém. Esta associação, cuja designação habitual é “H2O”, foi fundada em 1996 e hoje em dia tem mais de 100 sócios com idades entre os 12 e os 34 anos de idade.

Desenvolve diversas actividades, que promovem a participação cívica e responsável dos jovens e a sua consciencialização assente nos valores europeus. O trabalho da associação tem sido desenvolvido a nível local, nacional e Europeu. O voluntariado é a concentração dos seus objetivos, que consistem na educação dos jovens e no desenvolvimento de toda a comunidade envolvente. Gradualmente, tem conseguido incentivar os jovens que apesar de viverem numa zona perto de Lisboa continuam a ter sérios problemas sociais e económicos.

A **Missão da “H2O”** é criar formas de participação e comunicação dos jovens, através da dinamização de

projectos pedagógicos de âmbito Local, Regional e Internacional, tendo como alicerces a educação não formal, a criatividade, a inovação e a irreverência característica da juventude, promovendo hábitos de cidadania que acompanhem o desenvolvimento sócio/ pedagógico dos jovens.

A **Estratégia da “H2O”** assenta no trabalho voluntário e empenhado dos seus jovens, utilizando dinâmicas de grupo para promover a comunicação entre pares e aquisição de competências, em prol do desenvolvimento social da sua comunidade e formação pessoal de cada um. Valorizamos o trabalho em equipa com uma atitude de responsabilização, e abertura para a inovação, sem dogmas ou ideias preconcebidas com respeito pela diversidade cultural e fomentando uma consciencialização Europeia. Pretendemos desenvolver iniciativas de âmbito local, regional e Internacional com a participação activa dos jovens.

O CARTÃO DE ASSOCIAÇÃO CIDADÃ

H2O Associação de Jovens de Arrouquelas

Morada: Rua Fundadores da Junta de Freguesia nº73 | 2040 – 031 Arrouquelas - Rio Maior | PORTUGAL
h2o@h2o.org.pt | www.h2o.pt
Fundação 30/12/1996 Publicação no DR04/02/1997
NISS 2001.533.9929 NIF 503 797 634 CCD INATEL 3361
RNAJ - /IPDJ 2007-00585

O RECONHECIMENTO

Prémios internacionais e valorização do projecto das florestas
2016 - CM Rio Maior
Medalha de Mérito
Grau Prata
2017 - INATEL
Prémio CCD do ano 2017
2017 - IPDJ
Prémio Boas Práticas Associativismo Juvenil
Utilidade Pública
despacho nº9897/2018, de 10/10/2018,
publicado no DR.II, nº204, de 23/10/2018



CONVERSA DE CAFÉ

Chegamos ao café. Na terra existem dois. A animação não é muita e nem todas as mesas estão ocupadas. Um grupo de mulheres, sentadas numa delas logo à entrada, conversa e comenta os títulos televisivos.

Simone, a Presidente da Direcção da Associação de Jovens de Arroquelas, que por sinal é oriunda da localidade, afirma sem rodeios “Tenho muitas dificuldades em acompanhar o que aqui se passa porque durante a semana estou em Lisboa a estudar. O mesmo acontece com os outros jovens da terra”.

O mote estava lançado, sabíamos que a relação regular dos jovens da aldeia com a actividade da associação constituía uma fonte de preocupações para os seus principais dirigentes. São esses jovens que são o coração da H2O e que viabilizam uma estratégia de desenvolvimento local

apoiada em fatores endógenos.

Alexandre, o veterano-jovem, desde sempre ligado ao projecto e seu animador ao longo anos reafirma: “Tentamos que o dinheiro que vem da Europa fique aqui na terra. Recebemos vários apoios, nomeadamente do IPDJ, CM Rio Maior, Fundação INATEL, empresas locais e algum apoio da JF Arroquelas, mas fundamentalmente trabalhamos com fundos europeus, Programa Erasmus +, nas várias ações chave.

E falando de projecto e iniciativas locais demos início a um roteiro que nos levou à fonte recuperada, à torre de vigilância de incêndios, à igreja e às instalações centrais da associação, antes do almoço num restaurante local.

ROTEIRO LOCAL

A Fonte da Breja

Desta água eu beberei!

Uma das metas traçadas pela associação desde a sua fundação consistiu na recuperação dos espaços e dos equipamentos colectivos abandonados para os devolver à comunidade, em novas condições, para usos correntes. Muitos desses espaços foram sendo progressivamente deixados ao abandono devido ao despovoamento e à sua reduzida utilização.

A sua recuperação é objecto de intervenção de praticamente todos os projectos europeus já que a sua permanente revitalização dá um sinal de vida à comunidade local e simultaneamente serve base pedagógica para a formação-acção.

A fonte foi um desses equipamentos que foi recuperado. As ervas e o mato dominavam a área e as oliveiras estavam mortas.

Agora a água jorra da canalização e existe uma área fresca e limpa que marca o local.

No seu centro encontra-se uma estrutura de apoio e de protecção para os leitores ou para quem utilizar o espaço para piqueniques ou conversas sem finalidade especial, como aliás a maior parte das conversas nas aldeias.

De madeira e sem pregos, o modelo WikiHOUSE veio da Nova Zelândia, a estrutura foi trabalhada com uma equipa de arquitectos de Lisboa e andou por vários sítios inclusive na Feira das Cebolas de Rio Maior.

Existe neste local um pequeno dispositivo de partilha de



livros, com um formato simples de casota de madeira. Aqui reciclam-se livros e divulgam-se objectos produzidos pelos voluntários na base da reciclagem.

Também são reabilitadas paletes. E existe um muro estruturado por pneus pintado em várias cores nos quais estão desenhadas as bandeiras de inúmeros países do mundo.

A ideia dos pneus começou há uns anos e continuou ao longo dos tempos sendo que já houve voluntários da Coreia e de Taiwan que contribuíram para o seu aumento. É um espaço polivalente no qual são organizados convívios e pode mesmo haver cinema.

A fonte em discurso directo

“Foram carradas de pedra carregadas para aqui, afirma o Rafael.”

“Venho aqui passear o meu cão e está sempre aqui malta”, lembra Alexandre, um dos mais assíduos utilizadores daquela infraestrutura requalificada.

“Estas fotos da fase do abandono mostram bem as mudanças que aqui foram operadas”, recorda a Mariana com as fotografias na mão.

“Aqui não há químicos, limpamos tudo e varremos”, reafirma um dos mais jovens acompanhantes, orgulhoso da obra produzida.

“ Ainda não temos eletricidade, a ideia é ter um painel fotovoltaico para ter energia aqui. É um assunto que estamos a explorar”, declara Alexandre em nota final de visita a um espaço que todos sentem como seu.



A torre

Vamos lá cima, à torre!

No alto da encosta mais elevada e melhor localizada encontra-se a torre de vigilância para detecção de eventuais incêndios e para alerta das autoridades para situações de risco ou sinistro.

Para aceder à Torre existem duas alternativas, ou trilho ou a estrada que contorna a encosta. O antigo trilho da Arrifana - Arroquela foi recuperado e reabilitado. No passado não havia nada lá em cima, no monte. Talho e mercearia só em Arroquela. Por isso o caminho serviu para caminhadas sem fim, a pé, por necessidade da vida quotidiana.

No Verão, enquanto decorrem o ATL e as outras actividades, há sempre uma vigilância na Torre realizada por voluntários, um estrangeiro e outro português.

No ano passado foram detectados alguns incêndios que foram comunicados às autoridades

Houve muita formação para os jovens, com a GNR e os bombeiros.

A visão do alto da torre é enorme e abrangente. Concelho de Rio Maior, Ourém, Serra dos Candeeiros, Montejunto. Tem-se uma visão privilegiada para a aldeia.

Os bombeiros montam ali o posto de comando quando existem situações de emergência em matéria de incêndios e a GNR visitava diariamente os jovens.

Curiosa é a origem da própria Torre que veio da Estónia, país com uma grande especialização em dispositivos ligados à caça.

A Torre em discurso directo

“Os esquilos estão a aparecer por aqui e não percebemos a causa desta presença. Iremos certamente ter que investigar” refere a Simone logo no início da subida em viatura.

“Eles não podem pensar em ter um incêndio todos os dias, e claro a adrenalina vai baixando à medida que os dias vão passando” clarifica Alexandre com a sua larga experiência destas iniciativas de defesa da floresta.

“A partir daquela pedra é Lisboa” refere a Margarida conhecedora da região.

A igreja

A queda de um anjo!

No largo da Igreja um sobreiro que é património nacional ostenta de forma desproporcionada e em números pintados a cal branca no seu tronco desnudado o ano da mais recente extracção de cortiça. Uma árvore ferida na sua roupagem externa que apesar de tudo valoriza o exterior da igreja com o seu ar imponente e aristocrático. Quantos braços são necessários para dar um abraço completo a uma árvore tão nobre? É uma questão que se coloca de forma sistemática e a resposta é obtida através de um exercício de mão dadas entre todos aqueles que se voluntariam para um abraço colectivo.

Neste largo as experiências de encontro de toda a comunidade na festa local foram marcando os anos desde a primeira iniciativa que teve lugar há 17 anos.

Agora a festa tem uma infraestrutura própria do outro lado da rua e assume uma grande importância nas festividades da região.



O interior a igreja sofreu várias alterações e a associação está muito ligada às benfeitorias dos últimos anos. Houve uma recuperação das escadas e instalados extintores, tudo na base de trabalho voluntário.

A Igreja em discurso directo

A iluminação exterior (em alturas festivas) é da nossa responsabilidade. Foi colocada a primeira vez há 11 anos pela H2O” recordou Alexandre

“Importa destacar que as pinturas agora visíveis foram encontradas nas camadas inferiores daquelas que estavam a ser objecto de restauro” destacou Simone.

“A nossa virgem é das pequenas”, destacou Margarida.

“Foi na realização dos trabalhos da iluminação exterior da igreja que dei um tombo e fiquei gravemente ferido”, lembrou Alexandre.

À volta da mesa

A queda de um anjo!

Chegam aos poucos à sala na qual uma mesa oval nos espera para podermos conversar. Martina e Pert, Sally, Melina, Jesus, Hanna, Ebru Nur, Mert, Muhammed Ferhat, Latife e os diversos membros da direcção e da associação H2O estão disponíveis para relatar e refletir sobre as suas experiências como voluntários. Vêm da Bielorrússia, da Catalunha, da Turquia, de França e de outros países europeus para participar no programa de intercâmbio do Erasmus+ agora denominado Corps. Nem todos, alguns têm estadias mais prolongadas e ficarão 6 meses ou até um ano.

Participam nas acções da associação e contactam com as comunidades locais aprendendo a lidar com situações que exigem tolerância, respeito pelos outros e sentido do viver juntos.

Cada um tem o direito de pensar e de apresentar um projecto individual criando o que entendem como útil ou interessante para as pessoas com as quais contacta diariamente.

Para a Associação fazemos questão que as atividades desenvolvidas pelos jovens voluntários não sejam



confundidas com um estágio profissional, mas sim vincando os seu objectivo, que é ter uma experiência de vida social e ambiental, assente em valores europeus de integração, solidariedade, e sustentabilidade no desenvolvimento de várias competências que ajudarão os jovens na sua vida enquanto cidadãos ativos e responsáveis, sendo que poderão ser também uma mais valia em questões de desenvolvimento social e profissional.

Até ao momento a H2O foi responsável por cerca de 2000 mobilidades de jovens, nas várias ações do programa Erasmus + e Campos de trabalho Internacionais do IPDJ.

Como introduzir culturas, abordagens e formas de agir de outros países nos territórios de pequena escala?

Esta foi a interrogação que nos orientou durante a reflexão e o debate que realizámos juntos e no final ficámos com a ideia que poderíamos explorar mais e melhor as experiências que cada um está a viver nas suas interações locais.

O ‘À volta da mesa’ em directo!

“Contactos à escala local são muito produtivos, há muita tolerância, sente-se uma dimensão humana nas interações”, enfatizou Hanna.

“As abordagens educativas são diferentes das que se realizam em França. Há uma grande disponibilidade para acolher outras formas de funcionar”, adiantou Sally.

“O que aqui se aprende tem muita utilidade e tem aplicação futura. Já vi que no futuro terei que combinar a mentalidade portuguesa, espanhola e catalã”, afirmou Jesus, que apresentou o projecto das Florestas em Lisboa e declarou estar numa relação de solidariedade ibérica.

PROGRAMA TERRA JOVEM | S.MIGUEL - AÇORES

COLOCAR NA AGENDA DA COMUNIDADE E DO PODER LOCAL AS QUESTÕES DA EMPREGABILIDADE JOVEM

Intervir com os jovens em meio rural, em contexto insular. Programa Terra Jovem desenvolve uma estratégia inclusiva e sustentável de intervenção local.

Editado **AGRI** | **PEDRO GOMES- APPJ** | Fotos : **@APPJ**



O Programa Terra Jovem tem por objetivo central promover competências transversais de empregabilidade (reforço dos recursos pessoais, sociais e o conhecimento das respostas públicas e do mercado de trabalho). Visa também ativar e mobilizar os jovens para a empregabilidade, assente na valorização pessoal, autoestima e redescoberta das soft skills (competências altamente valorizadas pela oferta de emprego), tornando-se mais competitivos e mais conscientes da sua real experiência e capacidades adquiridas;

O Terra Jovem pretende ainda aumentar a visibilidade das respostas de emprego e formação existentes e a participação por parte de jovens em situação de exclusão social. É ainda seu objetivo promover a visão dos Territórios/Comunidades como instrumento de

intervenção social, bem como a importância e o papel dos territórios no campo da empregabilidade jovem;

As ações do Programa têm ainda por finalidade sensibilizar para a necessidade em “colocar na agenda” da comunidade e do Poder Local as questões da empregabilidade jovem e a necessidade de fomentar oportunidades e a ativação dos territórios, a par das respostas públicas ao nível macro já existentes.

Neste plano, torna-se particularmente importante alocar e rentabilizar os recursos existentes numa nova temática de corresponsabilização para os territórios (mais tradicionalmente orientados para a respostas aos idosos e crianças e remetendo para as macro estruturas os problemas dos seus jovens no que concerne à empregabilidade).



COMO FUNCIONA O TERRA JOVEM?

Para a operacionalização do Terra Jovem foram criadas várias áreas de desenvolvimento que compõem o projeto. Desta forma, no campo da ativação das comunidades e tendo por base o princípio da Boa Governação, desenvolveram-se as componentes de Mapeamento do Território, a constituição de redes territoriais de parceiros, dando lugar à identificação de recursos e potencialidades e, posteriormente, a identificação e constituição de grupos

de formação transversal e formação teórica/prática em agricultura, a par do acompanhamento aos jovens em geral no âmbito da promoção de competências de empregabilidade.

AGRICULTURA COM A COMUNIDADE

A produção e prática em agricultura surgem, neste sentido, enquanto espaço de treino prático de

competências. Construiu-se, assim, um relatório formativo e interventivo, dando lugar a uma metodologia de intervenção e a um programa de formação, muito assente na interação entre o projeto e a comunidade, organizando-se e promovendo-se a participação dos jovens e da comunidade em Workshops de Partilha de Ideias.

MOSAICO DE OPORTUNIDADES

Outra componente do projeto é o “Mosaico de Oportunidades”, assente num modelo não – prescritivo de apoio e de acompanhamento e que tem por ponto de partida as prioridades dos jovens, desenvolvendo-se através de ações negociadas e co construídas com os próprios jovens e as empresas/organizações e cujo eixo central é a valorização dos recursos que os jovens dispõem em vez do enfoque nos seus défices ou insuficiências para o mundo do trabalho.

O QUE SE ESPERA DO TERRA JOVEM?

Desde o seu arranque em setembro de 2014 foram acompanhados 191 jovens no âmbito da promoção de competências de empregabilidade e 109 jovens, com atividades ou oportunidades efetivas e diretas de acesso a ações de empreendedorismo e empregabilidade ou até mesmo a formação e entrada no mercado de trabalho. Desde fevereiro de 2018, dos 56 jovens acompanhados no âmbito do projeto, 27 jovens entraram no mercado de trabalho ou em programas de apoio ao emprego.

LIÇÕES APRENDIDAS

A importância de um programa com enfoque central no desenvolvimento COMUNITÁRIO, LOCAL E SUSTENTÁVEL; as vantagens de um programa interativo com a comunidade local (colocando a formação ao serviço das necessidades da comunidade local combinando-as com as prioridades de cada jovem participante no projeto); o sucesso em associar os jovens participantes no projeto a um conceito de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo uma relação de cada jovem, de um grupo de jovens de forma mais agregada, com tarefas ligadas à sustentabilidade do e no território; a importância em conjugar as 3 vertentes presentes: **as necessidades da economia local, as oportunidades de emprego coletivo/individual e as exigências do desenvolvimento numa base mais sustentável**; A importância de um compromisso governamental público e do apoio da rede de parceiros para a criação de novas respostas territoriais; a importância de um paradigma de intervenção que assume os territórios enquanto instrumentos de intervenção social.





PROMOTOR: A Associação de Promoção de Públicos Jovens em Risco (APPJ) surge como entidade promotora, sendo, pela sua natureza, uma Instituição Particular de Solidariedade Social.

CONTATOS: Pedro Gomes (Coordenador do Projeto), e-mail appjovens@gmail.com, TLF - 296281148.

LOCALIZAÇÃO: A área atual de ação do Projeto Terra jovem centra-se na zona sudoeste do Concelho de Ponta Delgada, da Ilha de São Miguel, Açores, mais especificamente, nas freguesias: Relva, Feteiras, Candelária, Ginetes, Mosteiros e Sete Cidades.

HISTÓRIA DO PROJETO: A promoção de competências de empregabilidade de jovens em situação de exclusão social apresentava-se como uma urgência junto do promotor (APPJ – Associação de Promoção de Públicos Jovens em Risco) e dos parceiros com responsabilidades na intervenção com jovens em risco, na área da solidariedade social e no âmbito do poder local. Para a criação de novas respostas colocava-se ainda o desafio acrescido da resistência dos jovens em sair das suas localidades, para frequentar programas de apoio ou formação, muitos dos quais em áreas e zonas pouco identitárias ou de interesse dos próprios. O Projeto Terra Jovem surge assim desta necessidade urgente, tendo sido inicialmente cofinanciado pelo Programa Cidadania Ativa – Fundos EEA Grants

(fundos provenientes da Noruega, Islândia e Liechtenstein) e gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian. O Projeto, que teve o seu arranque em setembro de 2014, tinha por objetivo a promoção de competências de empregabilidade junto de jovens em situação de vulnerabilidade social, através de um duplo movimento de ativação dos jovens e ativação das comunidades, numa lógica territorial de empreendedorismo social, de coesão e justiça social e desenvolvimento sustentável. Este projeto constituiu uma experiência-piloto tanto em termos geográficos (em ambas as localidades nas quais, inicialmente, foi implementado – Vila Franca do Campo e Ribeira Grande), como também do ponto de vista da construção e implementação de uma nova estratégia interventiva. Em concreto, de uma metodologia de facto específica de promoção da empregabilidade junto do público jovem, assente numa resposta de base comunitária, a partir da comunidade, dos seus interesses e dos seus recursos. Após 5 anos do seu arranque, o Projeto Terra Jovem, agora financiado pela Direção Regional da Solidariedade Social, continua bem presente na Ilha de São Miguel (Açores), com a sua consolidação e reconhecimento da metodologia de intervenção do Projeto com jovens NEET pela sua inclusão na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social do Governo Regional dos Açores. Tem como entidade co gestora a Associação de Juventude da Candelária (AJC) e é operacionalizado por uma equipa de técnicos de psicologia e serviço social e por animadores.

TESTEMUNHOS "JOVENS TERRA JOVEM"



DALILA PEREIRA

"Sinto-me com garra"

"O Projeto Terra Jovem ajuda-nos a crescer e aprender, tornando-me, assim, uma pessoa completamente diferente e melhor, como por exemplo: a ter confiança em mim mesmo e ser capaz de comunicar de forma mais assertiva para determinado público. Com o Projeto Terra Jovem sinto-me uma jovem completamente diferente, mais focada e com garra para os desafios que me são propostos ao longo da vida. O Projeto Terra Jovem também me deu uma experiência muito engraçada na área da agricultura, como cultivar e plantar, tendo assim um contacto especial com a Terra. E sem dúvida que foi uma oportunidade para criar laços de amizade com pessoas de outras freguesias e com a nossa própria freguesia."



BEATRIZ RAIMUNDO

"O terra jovem é importante para a minha comunidade"

"Desde que entrei no Projeto Terra Jovem que a minha vida mudou, têm vindo a ajudar-me imenso a sonhar... a acreditar mais na minha potencialização de habilidades e competências para conquistar objetivos e criar uma vida bem-sucedida. O Terra Jovem é importante para a minha Comunidade, porque com o Projeto os jovens têm oportunidade para concretizar os seus sonhos e objetivos e a terem novas oportunidades em novos ramos de trabalho. É um enorme prazer fazer parte deste Projecto e desta equipa."

A EQUIPA DO PROJETO SOMOS TODOS NÓS



MARIA RAIMUNDO

"Estou a preparar-me para um futuro emprego"

"O Projeto Terra Jovem contribui para o meu desenvolvimento, pois ajuda-me a ser uma pessoa melhor. Enquanto eu estou no Terreno, estou concentrada a fazer as atividades propostas pelos formadores. No Terreno nós fazemos um pouco de tudo, ao fazermos um pouco de tudo estamos a preparar-nos para um futuro melhor. Ao fazer parte do grupo Terra Jovem estou a preparar-me para um futuro emprego. Neste projeto aprendemos a fazer óleos naturais, sabonetes e compostagem. Ao fazermos compostagem, não estamos a usar adubos químicos, mas sim "adubos" naturais. É muito bom fazer parte do grupo Terra Jovem, pois conheci novas pessoas e aprendi a fazer coisas novas."



PEDRO GOMES

Projeto Terra Jovem...

Podemos ter leituras de diferentes níveis do nome deste projeto, um cruzamento da área da agricultura com os interesses dos jovens, ou uma interpretação mais profunda da própria denominação "Terra Jovem" como se referindo ao Jovem. É esta a minha leitura, é assim que eu, como elemento da equipa Terra Jovem, vivo e sinto o Projeto, encarando os Jovens, como sendo "terras com muito potencial... mas

muitas vezes terrenos baldios... abandonados.". No Projeto Terra Jovem por via do envolvimento, da relação, das experiências, das formações, dos desafios, dos pequenos projetos...procuramos enriquecer, adubar, fertilizar esta "Terra Jovem", de forma a ser fértil e resistente. No "Terra Jovem", a equipa técnica da APPJ, na qual faço parte, é apenas uma das peças fundamentais deste projeto, dado que os próprios jovens e toda a Comunidade integram a equipa alargada do Projeto, aproveitando o poder de agir de todos... o sucesso deste Projeto vem deste "casamento" entre o individual e o coletivo, entre o Jovem e toda a Comunidade. No Projeto Terra Jovem não é só o Jovem a sonhar e a ter esperança por um futuro melhor...toda a Comunidade, todos os técnicos, organizações comecem a ter Esperança e a caminhar na direção de um futuro mais sustentável!

RAQUEL VIVEIROS

"O nosso contributo enquanto agentes de mudança passou por deixar pequenas sementes por todas as comunidades por onde passamos... com a esperança que a comunidade a regue... a faça florir, permitindo assim que a Comunidade se desenvolva de forma cada vez mais sustentável e mais participativa."

CRISTINA HORTA

"O Projeto Terra Jovem tem sido uma experiência de crescimento, tanto a nível pessoal como profissional, não dissociando uma da outra:

- O conhecimento e contacto direto com os territórios, comunidades, suas gentes, culturas, costumes, valores, conquistas, dificuldades, desafios e recursos;
- O poder de empatizar, partilhar e co construir com os jovens e comunidades, respostas para os seus diversos desafios;
- O sermos, em conjunto, agentes ativos e potenciadores do exercício da cidadania, do progresso, da sustentabilidade e da mudança.

São os principais fatores de enriquecimento e, ao mesmo tempo, de incentivo em querer fazer cada vez mais e melhor enquanto pessoa e profissional. O Escutar, Acreditar, Motivar, Capacitar, Co construir e Incluir são práticas fundamentais."

FILIPA CABRAL

O desafio de integrar a equipa Terra Jovem enquanto psicóloga surgiu a maio de 2019. De uma paixão em promover o bem-estar e a mudança, abracei a missão que o Projeto exigia com responsabilidade, como também com o enorme privilégio pela ligação única que se estabelece com cada jovem, num

caminho co construído de mudança e potenciação.

Ao longo do meu percurso no Projeto fui desenvolvendo uma empatia crescente com todos os jovens com quem tenho trabalhado. Independentemente da sua história de vida reconheço a sua resiliência e capacidade de superação, por entre todas as tarefas e dimensões da sua vida.

O projeto Terra Jovem conta ainda com o trabalho diário de sinergia e envolvimento de diferentes parceiros que colaboram ativamente nas diferentes ações e iniciativas, permitindo que o projeto seja o palco para o diálogo e para a partilha, para ampliação de horizontes e para a criação de laços, que maximizem a oportunidade de um trajeto de vida de sucesso.



**NÉLIA VIVEIROS –
Técnica do Parceiro Local –
Associação da Juventude
da Candelária**

O Projeto Terra Jovem tem marcado, de forma muito positiva, o nosso pequeno território, desde fevereiro de 2018, tem tirado literalmente os jovens destas comunidades do "sofá", para começarem a trabalhar no seu projeto de vida, uns a ingressar no mercado de trabalho, outros a regressar à escola e outros continuam na luta por um lugar ao sol, mas conseguiram sair da letargia em que se encontravam. Num pequeno território, em apenas 1 ano e meio de projeto serem integrados 27 jovens no mercado de trabalho ou em programas de apoio ao emprego, é de fato um número muito bom.

O Terra Jovem no nosso território, é mais do que um projeto de empregabilidade jovem, tem vindo paulatinamente a tomar contornos de um projeto de desenvolvimento local sustentável, pois tem procurado averiguar as necessidades e potencialidades do território, auscultando as empresas, os artesãos, as forças vivas da comunidade, procurando que os jovens desta comunidade possam ser a resposta a estas necessidades. Desde logo o Terra jovem demarcou-se de outros projetos sociais, chamando para o conselho de parceiros uma empresa local – O Quintal dos Açores. E tem procurado alavancar a consciência ecológica no território.





NO NATAL TAMBÉM SE APRENDE A CONSUMIR DE FORMA RESPONSÁVEL

Editado AGRI | MÁRCIA LUZ - EcoVida | Fotos : @COOLABORA

O Projecto EcoVida - Roteiro do Consumo Sustentável tem como objectivo fomentar o consumo sustentável no concelho da Covilhã, dando visibilidade às respostas já existentes no concelho e sensibilizando para as vantagens deste consumo para as pessoas, para o território envolvente e para o planeta.





CONSUMO LOCAL RESPONSÁVEL

O projecto é promovido pela Coolabora e integrado no projecto nacional "No Planet B" da AMI financiado pela União Europeia no âmbito do Programa DEAR. As suas acções vêm reforçar o trabalho já desenvolvido com a iniciativa Troca-a-Tod@s, Feira dos Produtos Locais, no que respeita à promoção do consumo local sustentável e da economia social.

PROMOVER OS PRODUTOS LOCAIS

Assim, o EcoVida irá integrar nas suas actividades mais uma edição da Feira Troca-a-Tod@s, a realizar no Natal, promovendo a divulgação dos produtos locais com vista à sensibilização para o consumo responsável numa época crucial de consumo. Nesta iniciativa



procurar-se-á também difundir as iniciativas que integram o Roteiro de Consumo Sustentável.

CONFERÊNCIAS NA FEIRA DE NATAL

Como forma de consciencializar consumidores, produtores e comerciantes a edição de Natal da Feira incluirá conferências com partilha de boas práticas de consumo sustentável de referência no país.

Pode saber mais em: <https://coolabora.wixsite.com/ecovida>



ACONTECEU NO ECOVIDA

A última feira Troca a Tod@s no Jardim Público da Covilhã contou com cerca de 40 prosumidores, houve trocas de roupa e de livros, de produtos locais, uma mostra de filmes ambientais e ainda workshops de pasta de dentes natural e sacos de pano. Os covilhanenses saíram à rua e participaram numa tarde bastante animada, onde a sustentabilidade ambiental e a economia local estiveram em foco.



QUE MIL CINECLIMAS FLORESÇAM!

MOVIMENTO DE CIDADÃOS POR UMA ESTRELA VIVA PARTICIPA NO CINECLIMA

Editado **AGRI** | **CARLA PORTELA MCPEViva**
Fotos : @**MCPEViva**

O CineClima contou com 48 sessões de cinema, em mais de 10 cidades portuguesas, com o objetivo de sensibilizar o país para as questões das alterações e justiça climáticas. A iniciativa foi promovida pela 2degreesartivism (2degreesartivism.org) em parceria com as associações, movimentos, empresas e pessoas individuais, que entretanto se juntaram à causa de forma voluntária, gratuita, apartidária e respeitadora dos direitos humanos e do clima.

A encabeçar o projeto do CineClima estava um grupo de voluntários, Diogo Silva, João Alves, entre muitos outros. Jovens inspiradores e lutadores pelo futuro do nosso planeta. A eles coube a tarefa de coordenar a iniciativa, obtendo os filmes e as

necessárias autorizações para exibição, bem como o desenvolvimento de materiais de apoio à divulgação e posterior disponibilização aos organizadores de casa sessão, de norte a sul do país.

A FEBRE DO LÍTIO

O Movimento de Cidadãos por uma Estrela Viva foi um dos organizadores. A sessão que este Movimento coorganizou foi dedicada ao tema exploração de minérios e do seu impacto local, tanto no ambiente como na comunidade. Esta escolha teve como mote a sensibilização para a "febre do lítio", relacionada com os avisos de prospeção e exploração que cobrem boa parte da área do interior norte



e centro do país, incluindo a zona da serra da estrela de onde este grupo é originário.

Apesar da ausência de informação oficial ao público e às populações das zonas afetadas, largadas à sua sorte, este assunto está na ordem do dia, pelo que esta sessão visava ser mais do que um grito de alerta, uma oportunidade de esclarecimento, divulgação e informação.



EXEMPLO NEGATIVO NA GRÉCIA

A sessão aconteceu no dia 21 de setembro, dia em que decorreu a manifestação nacional “Não às Minas” em Lisboa, que juntou quase um milhar de pessoas vindas em autocarros de todo o país, num dia em que a chuva foi madrastra, para se mostrarem contra as explorações de lítio e outros minérios nas suas regiões. Esta sessão de cinema aconteceu graças a dois parceiros fundamentais do Movimento: a associação Renovar a Mouraria e o estúdio BECO Lisboa, que cederam o espaço e disponibilizaram toda a logística.

O espaço esgotou, tendo a sessão contado com cerca de 40 pessoas que vieram assistir ao documentário Eldorado, que conta a história da luta ambiental e social de uma população da região de Skouries na Grécia que ficou à mercê dos interesses da exploração de ouro de uma empresa multinacional. Posteriormente, seguiu-se um debate moderado por Joana Viveiro do Movimento de Cidadãos por uma Estrela Viva e que contou com a participação de Paulo Torres, representante do grupo “Lisboa Contra as Minas” e Nik Volker, representante do grupo “Contraminação Beira Serra”, que debateram as implicações associadas ao processo de prospeção, concessão e exploração de lítio em Portugal.

SAIR DO SOFÁ

Não só a sessão organizada pelo movimento obteve uma adesão significativa, como o resultado global do CineClima foi muito além daquilo que se previa inicialmente. Tal resultado serviu de mote inspirador ao comprovar que a força do coletivo e do trabalho em parceria pode efetivamente sensibilizar e gerar a mudança.

Muito ainda fica por fazer, mas Portugal demonstrou que chegou a hora de sair do sofá e mudar os hábitos.



OFICINAS INFORURAL

Informação, participação, partilha, co-criação,
cooperação na ação, comunidades de prática

Vila Real | Beja | Évora
Portalegre | Bragança | Covilhã
Abrantes | Viana | Braga | Coimbra | Viseu
Idanha-a-Nova | Macedo de Cavaleiros | Tavira
Moura | Chaves | Amarante | Aguiar da Beira

www.inforural.pt